

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 159

Data 26 de outubro de 1978 Pg.: _____

CNBB discute o projeto de emancipação do índio

Da sucursal e dos correspondentes

A CNBB deverá divulgar, ainda esta semana, a sua posição oficial em relação ao projeto que regulamenta a emancipação de índios e comunidades tribais, que vem sendo combatido por antropólogos, indigenistas e pelo Conselho Indigenista Missionário, órgão ligado à CNBB. A Comissão Episcopal de Pastoral, que está reunida em Brasília, ouviu um amplo relato do presidente do Cimi, d. Thomás Balduino, e do presidente de sua linha missionária, d. Moacyr Grecchi, denunciando os interesses que existem por trás da aprovação do projeto, visando, de forma especial, a liberação das terras indígenas com a perda da tutela.

O prosseguimento do regime tutelar garantido pelo Estatuto do Índio vem sendo defendido na reunião da CEP como forma de resguardar a autonomia dos grupos tribais, evitando-se qualquer processo brusco de integração na sociedade nacional. Embora discordando da forma como a tutela foi conduzida até hoje pela Funai e mesmo de sua forma jurídica que compara o índio a um incapaz,

os representantes da linha missionária da CNBB acham que o índio está mais garantido como tutelado do que emancipado.

"Embora apresente alguns defeitos — afirmou d. Thomás Balduino — o Estatuto do Índio é a melhor legislação feita até hoje no que se refere à proteção do seu patrimônio." Os bispos criticaram, ainda, a forma como têm sido elaborados projetos e leis envolvendo as comunidades tribais, ressaltando que os índios nunca foram consultados sobre o que mais lhes convém. Para os bispos, não houve até hoje respeito pela autodeterminação dessas minorias étnicas.

O ex-secretário geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Antonio Iasi, também condenou ontem, em Cuiabá, o projeto de emancipação, assinalando que "ao querer livrar-se da responsabilidade da tutela de diversas tribos, a Funai dá a impressão de que é um navio que está indo ao fundo e pretende livrar-se de parte de sua carga". Por sua vez, o poeta Thiago de Mello encontrou-se ontem, em Goiás Velho (a 140 km de Goiânia), com o bispo d. Thomás Balduino, presidente do Cimi, para "emprestar soli-

dariedade à luta contra esse escárnio e desrespeito humano que é o projeto governamental de emancipação indígena". O padre Iasi entende que a emancipação de indígenas só poderá ser feita em termos individuais, assim mesmo com muito cuidado, e nunca em termos de tribos. Embora acredite que o índio deve ser preparado para a emancipação, ele afirma que esse processo deve ser lento e natural. Como exemplo, citou o caso do índio Jair de Oliveira, que é vereador e já foi presidente da Câmara de Aquidauana: "Essa foi uma emancipação natural, pois Jair foi educado por missionários protestantes desde a infância, integrou-se na sociedade branca a ponto de interessar-se por política e se eleger vereador. Assim mesmo, quando Jair prestou seu depoimento na CPI do Índio, disse que não havia requerido nem iria requerer sua emancipação à Funai, porque nunca se considerou tutelado dela. Ela nunca me deu nada, disse Jair". O padre Iasi considera um sofisma a afirmação do ministro Rangel Reis de que "o índio tem o direito de ser como nós". "Como nós quem? — pergunta o padre —

Como o ministro ou como milhões de miseráveis, bóias frias e favelados que também compõem a sociedade branca?"

"A luta contra o nefasto projeto de emancipação, desenvolvida pelo Cimi, por antropólogos e sertanistas, precisa ser encampada por todos os brasileiros conscientes, que não podem aceitar esse decreto de morte contra os povos indígenas", disse Thiago de Mello. O poeta anunciou que, a partir do mês de dezembro, estará de volta ao Amazonas, seu Estado natal, onde, durante um ano, fará uma pesquisa junto a índios e caboclos para a elaboração de seu livro "História do Amazonas contada pelo seu povo".